

# MODOS DE HABITAR UMA VILA BALNEAR

GUSTAVO DUARTE VASCONCELOS\*

## INTRODUÇÃO

O presente estudo<sup>1</sup> pretende dar a conhecer algumas das construções propositadamente erigidas para usufruto dos forasteiros que na Póvoa de Varzim estacionaram entre 1870 e 1920. Através da análise destas arquiteturas poderemos também contribuir para a caracterização do *modus vivendi*, bem como das práticas sociais associadas ao turismo balnear do período em questão. São exemplo dessas edificações os hotéis, os estabelecimentos de banhos quentes, os cafés, os restaurantes e também os teatros. Estes espaços, a par das ambiências marítimas, certamente remeteriam o forasteiro para um distante universo, possibilitando vivências únicas relacionadas com o bem-estar, quer associado à saúde, quer ao lazer.

Conforme já referimos o estudo encontra-se cronologicamente balizado entre 1870 e as três primeiras décadas do século passado. A data mais remota foi definida pelas fontes e documentos selecionados, pois, quer a imprensa periódica poveira, quer os projetos de obras particulares<sup>2</sup> tiveram origem no início da década de 1870.

---

\* Mestre em História da Arte Portuguesa na FLUP. [gustavasconcelos@gmail.com](mailto:gustavasconcelos@gmail.com).

<sup>1</sup> Esta investigação faz parte de um trabalho mais aprofundado que no presente momento ainda se encontra em curso, sendo no futuro apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto como prova para a obtenção do grau de mestre em História da Arte Portuguesa.

<sup>2</sup> Foi a partir de 1871 que na Póvoa de Varzim surgiram os primeiros projetos de obras particulares. Estes documentos submetiam a escrutínio camarário as futuras construções a erigir no aglomerado urbano.

Também recorreremos aos livros de registo das licenças expedidas, nos quais constam diversas informações sobre os estabelecimentos citados, e ainda alguns dos mais importantes guias de viagem e almanaques. O estudo finda na década de 1920, pois na seguinte empreenderam-se na vila construções com características monumentais, que de certa forma alteraram a sua fisionomia, bem como as suas vivências.

## A PÓVOA BALNEAR

A ocorrência de banhos de mar nas praias da Póvoa de Varzim remonta ao século XVIII, havendo vários documentos que o comprovam. Um dos testemunhos mais antigos corresponde a uma ata camarária de 1776. O documento refere o mau estado de algumas ruas devido à água da chuva, que as tornava praticamente intransitáveis, «privandoce com as enchentes a pacagem dos Moradores para a praja do Mar»<sup>3</sup>. O episódio não afetava apenas as gentes da Póvoa, mas também todos aqueles que a visitavam e «que a ella vinha[m] [...] aos Vanhos do mar»<sup>4</sup>.

É igualmente daquela centúria um outro relato, que se demonstrou mais profícuo nas informações referentes aos banhos de mar. Em 1965, Robert Smith publicou um artigo onde transcreveu excertos dos livros de contabilidade da botica do Mosteiro de São Martinho de Tibães, nos quais foram registadas as despesas anuais, fazendo-se ainda referências aos doentes e às respetivas maleitas. De acordo com aqueles livros, aos monges beneditinos era consentida, caso houvesse necessidade, a prática de banhos de mar, e muitos fizeram-no, instituindo o hábito dos «banhos da Póvoa»<sup>5</sup>.

Se em finais de Setecentos o pequeno lugarejo balnear não oferecia muito mais do que oportunidades terapêuticas através das suas águas ricas em iodo, na centúria seguinte a Póvoa socorreu-se de meios convincentes, capazes de atrair mais forasteiros. Assim, no século XIX a vila proporcionava oportunidades de cura ou tratamento para diferentes doenças, bem como diversos divertimentos, sendo também este último fator determinante para o bem-estar pessoal, tal como refere Rui Matos na obra *A Arquitetura do Turismo Terapêutico*:

*a quebra da rotina, a viagem com fins recreativos, foram — e continuam a ser nas sociedades contemporâneas — encaradas, também, como terapêuticas*<sup>6</sup>.

Recuando mais de cem anos, já no século XIX se associavam os tratamentos físico e psíquico, conforme referiu D. João de Castro na sua obra ficcionada *Jornadas no Minho*:

<sup>3</sup> BARBOSA, 1970: 134.

<sup>4</sup> BARBOSA, 1970: 134.

<sup>5</sup> SMITH, 1965: 239-244.

<sup>6</sup> MATOS, 2016: 23.

*depois d'uma lastimosa época de anemia e melancolia, o meu médico [...] aconselhou-me [...] o uso quotidiano de banhos de mar. E acrescentou [...] que [...] a praia [...] indicada era a da Póvoa de Varzim — porque, para me curar da anemia, tinha águas bem tónicas e salinas, e para me curar da melancolia, tinha ruído, multidão, cafés cantantes e banhistas de coração acessível*<sup>7</sup>.

O bulício que caracterizava a vila durante a quadra estival devia-se acima de tudo à presença de forasteiros, afluindo às «praias da Povoia de Varzim, aproximadamente, 20:000 banhistas», nos finais do século XIX<sup>8</sup>. A maioria provinha do Minho, do Douro e de Trás-os-Montes, e «quasi não [conheciam] outra praia»<sup>9</sup>.

Deste modo, disseminaram-se pelo núcleo urbano da Póvoa diversos hotéis, que permitiam a acomodação dos veraneantes; cafés, onde os banhistas podiam satisfazer algumas das suas necessidades quotidianas, mas também recreativas, que com concertos e *soirées*, quer com o jogo de azar, um dos principais divertimentos dos cavalheiros<sup>10</sup> pela urbe poveira propagam-se diversos hotéis, cafés e restaurantes que permitiam a acomodação dos veraneantes, assegurando-lhes também serviços inerentes ao quotidiano. Muitos destes estabelecimentos conjugavam a vertente lúdica, proporcionando aos forasteiros farta diversão, tanto com concertos e *soirées*, como com o jogo de azar, um dos principais atrativos dos cavalheiros<sup>11</sup>; teatros, que surgiram para dar resposta às necessidades de novos públicos habituados a rituais sociais mais cosmopolitas; e estabelecimentos de banhos quentes, que possibilitavam um contacto mais agradável com as vivas e frias águas do mar da Póvoa. Os estabelecimentos de banhos quentes também conheceram lauta glória nesta época, tornando mais agradável o contacto com as vivas e frias águas marítimas. Foi neste contexto que a vila da Póvoa de Varzim se desenvolveu, sendo caracterizada por Brito Aranha do seguinte modo:

*depois da capital da provincia do Minho, [é] a primeira terra em população n'essa provincia, apresentando-se aos olhos do viajante, quer vendo-a do mar, quer da terra, em magnífico panorama*<sup>12</sup>.

<sup>7</sup> CASTRO, 1906: 15, 16.

<sup>8</sup> ARANHA, 1883: 13.

<sup>9</sup> VIEIRA, 1887: 215.

<sup>10</sup> VIEIRA, 1887: 215.

<sup>11</sup> VIEIRA, 1887: 215.

<sup>12</sup> ARANHA, 1883: 10.

## HOTÉIS

Ao longo do século XIX muitas foram as casas de hóspedes fundadas na Póvoa de Varzim. A gama variava entre hotéis significativamente relevantes, tornados célebres ao ilustrarem bilhetes-postais, até pequenas estalagens ou hospedarias. Contudo, se determinados estabelecimentos alcançaram o século XX, muitos outros não resistiram à voracidade do tempo, encerrando precocemente as suas portas.

De acordo com os Livros de Registo das Licenças expedidas pela Câmara da Póvoa<sup>13</sup> constatamos a existência de várias casas de hóspedes em funcionamento, entre os meados do século XIX e o início do século XX. Alguns dos estabelecimentos citados naqueles documentos administrativos eram hotéis relativamente conhecidos da Póvoa de então, como por exemplo o *Hotel do Signal*, o *Hotel Central*, o *Hotel Portuense*, o *Hotel Bracharense*, o *Hotel Lealdade*, o *Hotel Aura Campista*, o *Hotel Almada*, o *Hotel Luso Brasileiro* e o *Hotel Estrella do Norte*.

No que respeita à localização dos estabelecimentos hoteleiros, a investigadora Ana Maria Ferreira refere que de uma forma geral «os hotéis tinham e continuam a ter tendência para se situar nos centros históricos das cidades»<sup>14</sup>. Apesar desse facto ter-se verificado nalguns grandes centros urbanos, como por exemplo em Lisboa, na Póvoa de Oitocentos, o comum era as casas de hóspedes estabelecerem-se a jusante do casco velho, à época uma zona em franca expansão. Assim, em 1856, ano em que foram registados os primeiros estabelecimentos hoteleiros nos Livros de Registo das Licenças expedidas pela Câmara da Póvoa, das seis casas de hóspedes inscritas, duas encontravam-se na zona histórica. As restantes quatro situavam-se na área a poente do núcleo antigo, ficando uma delas na charneira entre as duas zonas, precisamente na Praça do Almada, e as restantes três nas proximidades da orla marítima — uma na Rua da Ponte e duas na Rua do Norte (atuais Ruas da Alegria e de António Graça).

Aliás, as casas de hóspedes poveiras foram desocupando o centro tradicional da vila, implantando-se, na maioria dos casos, nas proximidades da praia, ou em ruas onde predominava o comércio e conseqüentemente o trânsito humano. Este aspeto prendia-se com o facto de a Póvoa não ser uma vila convencional, mas sim uma vila balnear, sendo a zona da praia muito mais atrativa do que a restante parte da povoação, principalmente durante os meses quentes do ano. Uma grande parte dos hotéis situava-se então em locais estratégicos, onde circulava a maioria dos forasteiros.

<sup>13</sup> Embora os Livros de Registo das Licenças expedidas pela Câmara sejam fontes preciosas, devem, contudo, ser analisados com cuidado, pois quer a classificação, quer a designação dos estabelecimentos variam consoante o ano de inscrição. Também pesa o facto de existirem grandes lacunas cronológicas, sendo as décadas de 1860 e de 1880 as mais incompletas.

<sup>14</sup> FERREIRA, 2014: 357.



Fig. 1. Perspetiva do edifício onde esteve instalado o *Hotel Lealdade* e posteriormente o *Grande Hotel Moderno*

Fonte: Fotografia do autor, maio de 2016



Fig. 2. Perspetiva do edifício onde esteve instalado o *Hotel Aliança*

Fonte: Fotografia do autor, maio de 2016

Segundo Ana Maria Ferreira, «à medida que os meios de transporte evoluíram os hotéis revelaram propensão para acompanhar a localização dos terminais»<sup>15</sup>. No caso da Póvoa este facto é perfeitamente aplicável, pois o viajante ao sair da estação do caminho-de-ferro, situada na então Rua do Príncipe (atual Rua do Almirante Reis), deparava-se com vários hotéis, que pontuavam o percurso entre a estação do caminho-de-ferro e a praia dos banhos. Assim, só no troço norte da Rua do Príncipe localizavam-se três unidades hoteleiras: o *Hotel Lealdade*<sup>16</sup> (Fig. 1), o *Hotel Aliança* (Fig. 2), mais tarde instalado na Rua da Junqueira, e o *Grande Hotel* (Fig. 3), ficando este último no gaveto formado pela referida rua e pela Praça do Almada. A jusante do *Grande Hotel*, no final da Praça do Almada, localizava-se o *Hotel Universal* (Fig. 4), desafogadamente instalado num edifício com frente para três ruas. Seguindo a direção do mar, o forasteiro deparava-se com o Largo de São Roque (atual Praça da República), onde existia uma famosa casa de hóspedes — o *Hotel Aura Campista*<sup>17</sup> (Fig. 5). No seguimento do referido largo encontrava-se a Rua da Junqueira, na qual se estabeleceram algumas casas de hóspedes de menor relevância, cuja fama não perdurou no tempo. Contudo, no final desta artéria e logo após o Largo do Rego (atual Largo do Dr. David Alves) situava-se o *Hotel Luso-Brasileiro* (Fig. 6), que se estabeleceu num edifício entre a Rua da Alegria ou do Norte (atual Rua da Alegria) e a Rua de S. José (atual Rua dos Cafés).

<sup>15</sup> FERREIRA, 2014: 357.

<sup>16</sup> Posteriormente designado *Grande Hotel Moderno*.

<sup>17</sup> Posteriormente designado *Hotel Europa*.



**Fig. 3.** Perspetiva do edifício onde esteve instalado o *Hotel Almada* e posteriormente o *Grande Hotel*

Fonte: Fotografia do autor, maio de 2016



**Fig. 4.** Perspetiva do edifício onde esteve instalado o *Hotel Universal*

Fonte: Fotografia do autor, maio de 2016



**Fig. 5.** Perspetiva do edifício onde esteve instalado o *Hotel Aura Campista* e posteriormente o *Hotel Europa*

Fonte: Fotografia do autor, maio de 2016

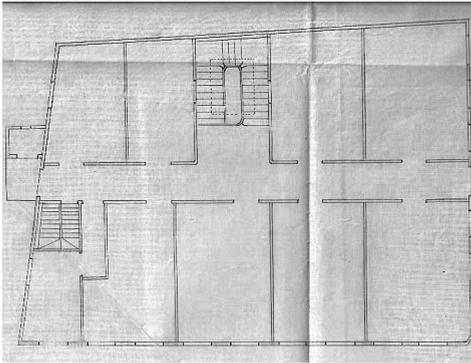


**Fig. 6.** Perspetiva do edifício onde esteve instalado o *Hotel Luso-Brasileiro*

Fonte: Fotografia do autor, maio de 2016

Deste modo, os grandes hotéis, aqueles que ofereciam mais e melhores condições aos forasteiros, afirmaram-se através das suas edificações, que por serem relativamente imponentes captavam, assim, mais hóspedes. Estes edifícios, tal como já foi referido, localizavam-se à face das principais e mais movimentadas artérias da vila, confrontando, na maioria dos casos, pelo menos dois dos seus alçados com a via pública. Assim, os edifícios de gaveto eram preferencialmente escolhidos para neles se estabelecerem as casas de hóspedes, pois usufruíam de grande número de vãos, que possibilitavam a entrada de luz direta a maior número de compartimentos.

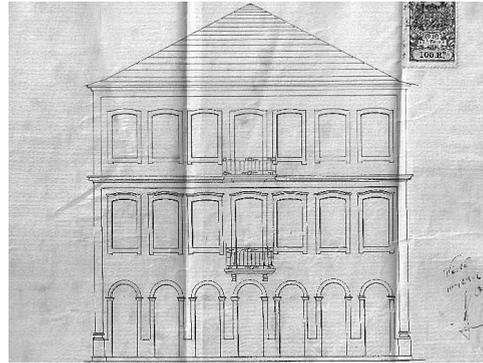
Para o estudo arquitetónico destes estabelecimentos recorreremos, sobretudo, aos projetos de obras particulares, que nos revelaram novas informações. Contudo, se na



**Fig. 7. Projeto do Hotel Luso-Brasileiro.**

**Planta do novo piso a construir**

Fonte: AMPV – *Projetos de Obras Particulares*, 1906



**Fig. 8. Projeto do Hotel Luso-Brasileiro.**

**Desenho do alçado da Rua da Alegria**

Fonte: AMPV – *Projetos de Obras Particulares*, 1906

Póvoa existiram diversos hotéis, como já tivemos oportunidade de referir, os projetos encontrados no Arquivo da Póvoa acabaram por se demonstrar escassos.

O primeiro projeto de obras particulares associado a um hotel diz respeito a um dos mais antigos e célebres estabelecimentos da Póvoa — o *Luso-Brasileiro*. Em 1906, Ana Margarida da Silva remeteu um requerimento à Câmara da Póvoa, onde pedia para

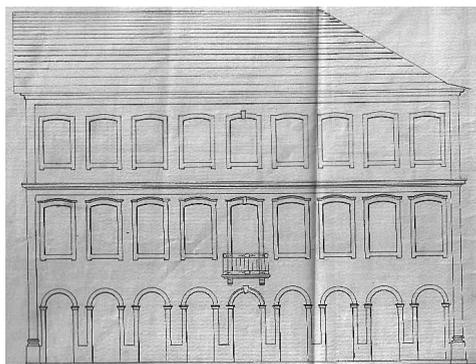
*levantar um terceiro andar na casa que possui, onde esta instalado o «Hotel Luso-Brasileiro» com frente para as ruas do Norte e S. José.*

Apesar de a obra não ter sido executada, esta intenção poderá revelar o bom desempenho do hotel. A hipótese fundamenta-se sobretudo na pertença ampliação, que segundo o projeto<sup>18</sup> acrescentaria ao hotel oito novos compartimentos (Fig. 7). Embora a planta não especifique quais as funções atribuídas a cada um, pressupõe-se que a maioria se destinava a aposentos para hóspedes. Relativamente aos dois alçados do edifício, constatamos a preocupação do autor em coadunar quer o número de vãos, fazendo-os corresponder aos dos pisos inferiores, quer as suas formas e dimensões (Figs. 8 e 9).

Situação semelhante à do *Hotel Luso-Brasileiro* verificou-se também para o *Grande Hotel Moderno*<sup>19</sup>. Em 1908, José Bento Otero requereu à autarquia da Póvoa a ampliação de um imóvel localizado na Rua do Príncipe (atual Rua do Almirante

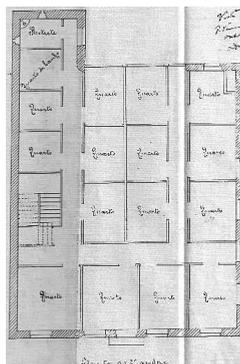
<sup>18</sup> O projeto não foi assinado pelo seu autor.

<sup>19</sup> LANDOLT, 1912: 106.



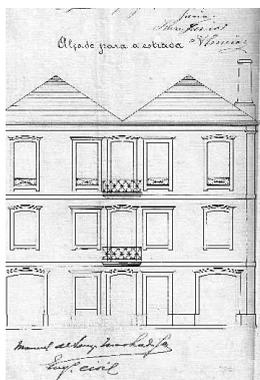
**Fig. 9. Projeto do Hotel Luso-Brasileiro. Desenho do alçado da Rua de S. José (atual R. dos Cafés)**

Fonte: AMPV – *Projetos de Obras Particulares*, 1906



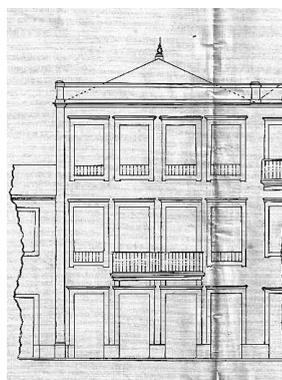
**Fig. 10. Projeto do Grande Hotel Moderno. Planta do novo piso a construir**

Fonte: AMPV – *Projetos de Obras Particulares*, 1908



**Fig. 11. Projeto do Grande Hotel Moderno. Desenho do alçado da Rua do Almirante Reis**

Fonte: AMPV – *Projetos de Obras Particulares*, 1908



**Fig. 12. Projeto do Grande Hotel. Desenho do alçado da Praça do Almada**

Fonte: AMPV – *Projetos de Obras Particulares*, 1916

Reis). De acordo com a planta<sup>20</sup> anexada ao requerimento sabemos que o novo pavimento recebeu quinze quartos, dos quais nove possuíam pelo menos uma janela voltada para o exterior (Fig. 10). Quanto aos seis quartos remanescentes, apesar de ocuparem o miolo da construção, as suas áreas seriam ventiladas e iluminadas através de «caixilhos com chapas de vidro no telhado». Ao nível do alçado principal, o novo piso procurou mimetizar a configuração do subsequente, havendo somente uma ligeira discordância em relação aos vãos de peitoril, que por serem maiores, foram guarnecidos com guardas de ferro (Fig. 11).

<sup>20</sup> O projeto foi assinado pelo engenheiro civil Manuel de Sousa Machado Júnior.

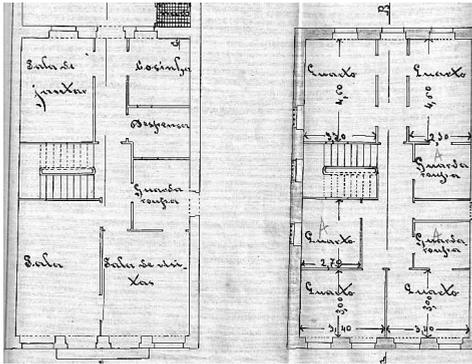


Fig. 13. Projeto do *Grande Hotel*. Plantas do segundo piso (à esquerda) e do novo piso a construir (à direita)

Fonte: AMPV – *Projetos de Obras Particulares*, 1916



Fig. 14. Perspetiva do edifício onde esteve instalado o *Café David* e posteriormente o *Café Suíço*

Fonte: Fotografia do autor, maio de 2016

O último dos projetos respeitantes a hotéis data de 1916. O documento refere-se ao *Grande Hotel*, que durante alguns anos esteve instalado num prédio situado entre a Praça do Almada e a Rua do Almirante Reis. Naquele ano, Caetano Marques de Oliveira endereçou um requerimento à Câmara da Póvoa com o objetivo de «ampliar o seu predio, que possui na Praça do Almada, n.º 45». Através do projeto<sup>21</sup> verificamos que o volume acrescentado procurou respeitar a coerência arquitetónica da edificação pré-existente (Fig. 12), conquistando o estabelecimento mais cinco novos quartos, todos com janelas voltadas para o exterior (Fig. 13). As obras de ampliação do *Grande Hotel* terminaram no início da quadra balnear de 1917, inaugurando-se o espaço em julho daquele ano<sup>22</sup>.

## CAFÉS

Os cafés ainda hoje são espaços fulcrais das vivências estivais. Na Póvoa de outra existiam muitos estabelecimentos deste género<sup>23</sup>, destacando-se o *Café David*, mais tarde denominado *Café Suíço* (Figs. 14 e 15), o *Café Luso-Brasileiro*, que se instalou no piso térreo onde funcionava o hotel homónimo, o *Café Universal* (Fig. 16), o *Café Chinês* (Fig. 17) e o *Bar da Praia*, comumente designado de *Guarda Sol* (Fig. 18).

<sup>21</sup> O projeto não foi assinado pelo seu autor.

<sup>22</sup> GRAÇA, 1917: 2.

<sup>23</sup> O recurso aos projetos de obras particulares para o estudo dos cafés tornou-se infrutífero, dado que não foi localizado, no Arquivo da Póvoa, nenhum documento referente a este género de estabelecimento. Esta situação talvez se justifique pelo facto de os cafés, na maioria dos casos, não se estabelecerem num edifício único e isolado, situando-se, grande parte das vezes, nos baixos dos edifícios. Contudo, o *Café Chinês* estabeleceu-se numa construção própria, embora o seu projeto não tenha sido localizado no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim.



**Fig. 15. Reprodução fotográfica do edifício onde esteve instalado o *Café Suíço* (nos vidros do estabelecimento consta o nome do café)**

Fonte: «Povo de Varzim – Separata do Guia das Praias, Thermas, Estancias e Sanatorios de Portugal», [1908]



**Fig. 16. Alçado principal do edifício onde no piso térreo esteve instalado o *Café Universal***

Fonte: Fotografia do autor, maio de 2016



**Fig. 17. Reprodução fotográfica do *Café Chinês*, [s. d.]**

Fonte: MEHPV



**Fig. 18. Reprodução fotográfica do *Café Guarda-Sol* [década de 1920]**

Fonte: BMRP

Muitos destes emblemáticos estabelecimentos abriam as suas portas unicamente durante as épocas balneares, dedicando-se quase em exclusivo aos banhistas. Para além de lhes possibilitarem refeições, alguns cafés tinham também presente a vertente lúdica. No auge das quadras balneares, os proprietários dos melhores cafés da Póvoa contratavam artistas diversos, brindando os seus clientes com concertos cantados ou instrumentais, animados, muitas vezes, por atrevidas bailarinas. O jogo de azar era outro dos atrativos dos cafés, apesar de, na época, ser reprimido pelas autoridades.

Os seus interiores eram, por princípio, bastante cuidados, destacando-se o do *Café Chinês*, que, tal como o nome sugere e alguns documentos fotográficos comprovam, possuía uma rica decoração ao gosto oriental. Pelos seus diversos salões encontravam-se pinturas, espelhos, candelabros, estatuetas, entre outros objetos, tornando-o o café mais



Fig. 19. Reprodução fotográfica do salão de concertos do *Café Chinês*, [s. d.]

Fonte: MEHPV



Fig. 20. Reprodução fotográfica do salão de jogos do *Café Chinês*, [s. d.]

Fonte: MEHPV

requintado da então vila (Figs. 19 e 20). O *Café David*, mais tarde denominado *Café Suíço*, também primava pela originalidade, disponibilizando um amplo jardim, situado na parte posterior do estabelecimento, onde se encontrava um pequeno coreto.

Estes estabelecimentos eram de tal modo importantes para a Póvoa, que, no ano de 1921, o vereador José Luís da Costa endereçou um requerimento à Câmara Municipal, no qual propunha o fim do trânsito automóvel na Rua de Rodrigues de Freitas (atual Rua dos Cafés). A intenção previa sobretudo terminar com o «ruído [que] perturba[va] a audição dos concertos musicais que nos cafés daquela rua se realizavam»<sup>24</sup>.

## TEATROS

De um modo geral o Teatro obteve, desde sempre, uma grande recetividade dentro dos diversos grupos sociais, sendo apreciado quer pelas elites, quer pelos menos favorecidos. Podemos, então, afirmar que a Arte de Representar é uma das manifestações de cultura mais transversais e democráticas. Irene Vaquinhas vai mais longe, referindo que as edificações concebidas com funcionalidades teatrais tendem a reger-se por «cânones estéticos» reconhecíveis, sobretudo, pela burguesia<sup>25</sup>.

Na Póvoa de Varzim as demonstrações teatrais são comuns desde pelo menos o final do século XVIII, pois em agosto de 1793, no auge da época balnear, foram promovidos vários espetáculos do género com a finalidade de celebrar o nascimento da «Sereníssima Princesa da Beira». O programa dos festejos contemplou, entre diversas manifestações lúdicas, várias encenações teatrais. A primeira ocorreu no dia

<sup>24</sup> BARBOSA, 1970: 170.

<sup>25</sup> VAQUINHAS, 2010: 116.

24, exibindo-se uma Opera Italiana num «Theatro que se tinha construído ao lado da Praça dos touros». As festividades prolongaram-se por mais três dias, subindo ao palco no dia 25 uma «outra Opera Italiana» e no dia 26 «huma Comedia Portuguesa», findando as celebrações a 27 de agosto com «huma pequena Peça Italiana» e «mais tres Comedias Portuguezas»<sup>26</sup>.

Apesar da excecionalidade dos atos teatrais de 1793, constatamos que, posteriormente, muitos foram os espetáculos do género ocorridos na estância. No início da centúria seguinte, apresentou-se na Póvoa um «theatro ambulante, com actores castelhanos, que davam as recitas n'uma tenda de lona»<sup>27</sup>.

Anos mais tarde, já na década de 1870, verificamos que na Póvoa foram fundados diversos teatros. Pese embora o facto de todos se estabelecerem em estruturas de madeira, havia agora uma certa perenidade nas suas edificações. A primeira construção deste género terá adotado o nome do famoso escritor João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett (1799-1854)<sup>28</sup>, que, no final da década de 1810 ou no início da seguinte, passou pela Póvoa na companhia de alguns familiares<sup>29</sup>. O *Teatro Almeida Garrett*, apelidado por um periódico poveiro de «Garrett de páu»<sup>30</sup>, terá sido edificado na Rua do Almada (atual Rua de Paulo Barreto), funcionando, pelo menos, desde o ano de 1873<sup>31</sup>.

No início da «estação de banhos» de 1876 foi propositadamente construído um outro teatro de madeira para acolher uma companhia dramática, que não conseguira arrendar o *Teatro Almeida Garrett*, dado a antecipação de uma sua congénere. O esforço seria certamente compensado, pois, segundo o periódico poveiro «A Comarca», a companhia era «uma das melhores». A questão ficou solucionada com a criação de uma comissão, à qual foi atribuída a missão de «edificar outro barracão-theatro»<sup>32</sup>. Pouco tempo depois, em setembro de 1876, o *Teatro Sá da Bandeira* já estaria operacional, pois «subiu á scena [...] o drama em 3 actos — O coração d'um soldado — e a chistosa zarzuela em 1 acto — D. Esdrújulo e a Bailarina»<sup>33</sup>.

Também em 1876, ter-se-á construído um outro teatro na Póvoa, pois em julho desse ano entrou um requerimento na Câmara Municipal, que previa a construção de um «Theatro de Madeira», no Largo de São José (atual Passeio Alegre), onde se situava a primitiva Capela de São José<sup>34</sup>. O edifício seria erigido em terrenos municipais, estando o proprietário, Joaquim Quaresma Júnior, sujeito ao pagamento de uma

<sup>26</sup> Lisboa: 26 d'Outubro. «Segundo Supplemento á Gazeta de Lisboa», n.º XLIII (26 out. 1793).

<sup>27</sup> AMORIM, 1881: 143, 144.

<sup>28</sup> MONTEIRO, 1997: 780.

<sup>29</sup> AMORIM, 1881: 140.

<sup>30</sup> *O milagre*. «O Grillo: Jornal Satyrico e Noticioso», ano I, n.º 27 (24 out. 1875), p. 3.

<sup>31</sup> BARBOSA, 1972: 207.

<sup>32</sup> *Novo theatro*. «A Comarca», ano I, n.º 25 (2 jul. 1876), p. 2.

<sup>33</sup> *Theatros*. «A Comarca», ano I, n.º 35 (17 set. 1876), p. 2.

<sup>34</sup> AMPV – *Projetos de Obras Particulares*, CMPV-POP/46(104).

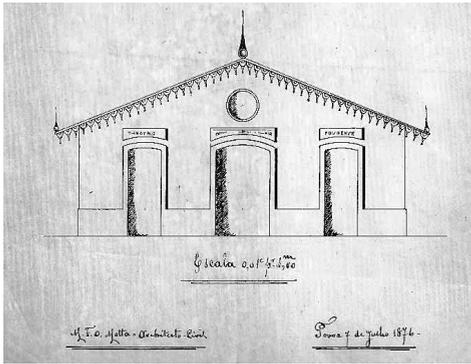


Fig. 21. Projeto do *Theatro Povoense*. Desenho do alçado principal

Fonte: AMPV – *Projetos de Obras Particulares*, 1876

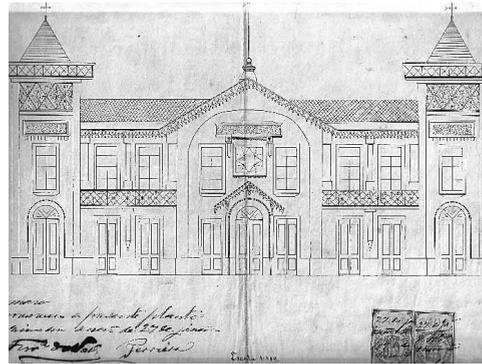


Fig. 22. Projeto do *Teatro Garrett*. Desenho do alçado principal

Fonte: AMPV – *Autos de Vistoria*, 1890

renda à edibilidade pobreira. O projeto<sup>35</sup> anexado ao requerimento está datado de 7 de julho de 1876 e apenas contempla o alçado principal do edifício, o qual seria rasgado por três vãos, que permitiam o acesso ao interior da casa de espetáculos, sendo o central ligeiramente mais largo e encimado por um óculo. O desenho apresenta ainda duas cartelas sobre os vãos laterais da construção, o que nos possibilitou conhecer o nome dado ao estabelecimento — *Theatro Povoense* (Fig. 21).

Após longos anos de representações teatrais em edificações com características provisórias, em 1890 deu-se um importante acontecimento, que viria a transformar o panorama cultural da vila. Nesse ano, Felisbina Amélia da Conceição Alves endereçou um requerimento à Câmara da Póvoa, no qual pediu autorização para «edificar uma casa [...] na [...] rua da Senra em frente da rua dos Santos Minho»<sup>36</sup>. Apesar de o documento não referir a construção de um teatro, através do projeto<sup>37</sup> anexado verificamos similitudes existentes entre o desenho (Fig. 22) e o alçado principal do atual *Cine-Teatro Garrett*<sup>38</sup> (Fig. 23). Considerando o projeto, constatamos que as verdadeiras diferenças entre o previsto e o executado ter-se-ão manifestado sobretudo ao nível dos dois corpos laterais, que no desenho surgem mais elevados, bem como revestidos por coberturas piramidais. A configuração desses volumes poderá ter sido alterada durante a empreitada, substituindo-se os remates de configuração *apalaçada* por ameias, o que conferiu à construção uma aparência mais *acastelada*. Contudo, na generalidade as diferenças são subtis. O edifício do antigo *Teatro Garrett* desenvolve-se a partir

<sup>35</sup> O projeto foi assinado pelo arquiteto Manuel Fortunato de Oliveira Mota.

<sup>36</sup> AMPV – *Autos de Vistoria*, CMPV/4051.

<sup>37</sup> O projeto não foi assinado pelo seu autor.

<sup>38</sup> O *Teatro Garrett* foi inaugurado em 15 de agosto de 1890. Ver *Theatro*. «A Independencia», ano IX, n.º 443 (17 ago. 1890), p. 1.



Fig. 23. Perspetiva do alçado principal do Teatro  
Garrett

Fonte: Fotografia do autor, maio de 2015

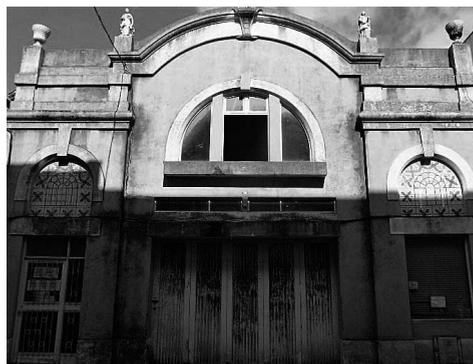


Fig. 24. Alçado principal do edifício onde esteve instalado o Salão-Theatro

Fonte: Fotografia do autor, maio de 2016

de um corpo central, cujo piso térreo possui três vãos de acesso ao interior, aos quais correspondem janelas de peitoril no andar superior. Este corpo é ladeado por outros dois intermédios, onde se abrem dois vãos de entrada no piso térreo encimados por janelas de sacada. O edifício é finalizado por dois corpos, cuja aparência sugere torreões, muito por conta das ameias que os rematam. O edifício caracteriza-se pelo dinamismo dos corpos, que compreendem diferentes dimensões, e dos seus vãos, que variam em número, forma e tamanho. O *Teatro Garrett* era, certamente, uma das referências urbanas da pequena vila, pois o local onde foi construído não raras vezes era denominado *Largo do Teatro*<sup>39</sup>.

Em 30 de julho de 1910 foi inaugurada mais uma casa de espetáculos na Póvoa – o *Salão-Theatro*<sup>40</sup> (Fig. 24). A sua construção deverá ter sido relativamente rápida, pois, em abril daquele ano, José Leite da Cunha Júnior e José Luís da Costa remeteram à Câmara da Póvoa o requerimento e o projeto<sup>41</sup> que lhe deram origem<sup>42</sup>.

As peças desenhadas são constituídas por diversos cortes, plantas e alçados. No que respeita à fachada principal (Fig. 25), esta exhibe um modelo requintado, sendo constituída por um grande corpo central e dois laterais, relativamente menores. O corpo central é marcado pela presença de um grande vão de forma semicircular e os laterais, também rasgados por um vão semicircular cada um, mas de menor escala, os quais permitiam o acesso ao interior do antigo teatro. Através da planta do projeto verificámos a existência

<sup>39</sup> *Castro Bicho*. «Ala Arriba: revista mensal de propaganda da praia de banhos da Póvoa de Varzim», ano I, n.º 1 (dez. 1927), p. 1.

<sup>40</sup> *Salão-Theatro*. «O Commercio da Povoia de Varzim», ano VII, n.º 36 (4 ago. 1910), p. 3.

<sup>41</sup> O projeto foi assinado pelo arquiteto Gonçalo Artur Cruz.

<sup>42</sup> AMPV – *Projetos de Obras Particulares*, CMPV-POP/24(45).

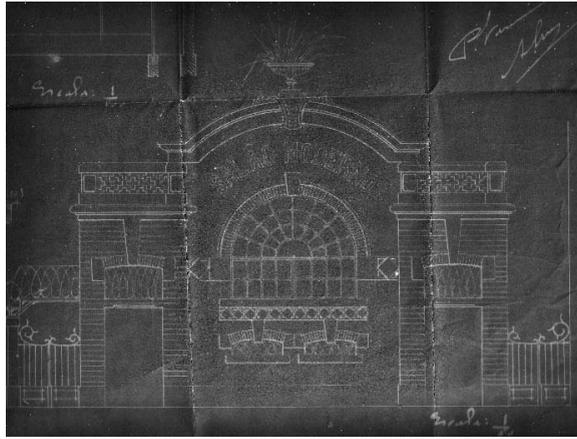


Fig. 25. Projeto do Salão-Theatro. Desenho do alçado principal

Fonte: AMPV – *Projetos de Obras Particulares*, 1910

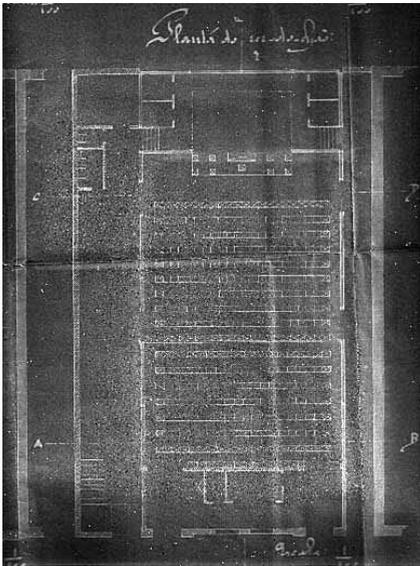


Fig. 26. Projeto do Salão-Theatro. Planta do piso térreo (plateia)

Fonte: AMPV – *Projetos de Obras Particulares*, 1910

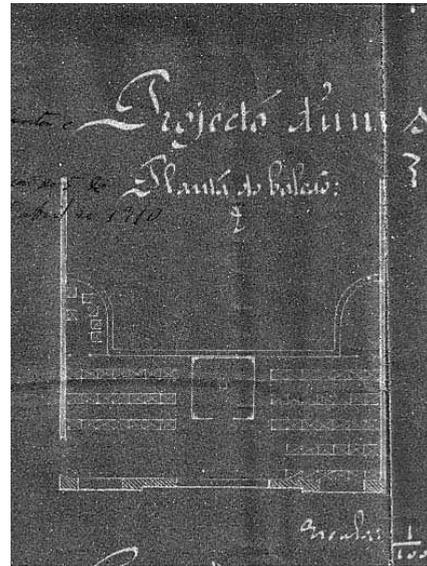


Fig. 27. Projeto do Salão-Theatro. Planta do segundo piso (balcão)

Fonte: AMPV – *Projetos de Obras Particulares*, 1910

de uma ampla plateia no piso térreo (Fig. 26) e de um pequeno balcão no pavimento superior (Fig. 27), onde os frequentadores do *Salão-Theatro* se acomodavam para assistir às muitas películas cinematográficas e aos distintos espetáculos lá ocorridos. A centenária construção persistiu até à atualidade, apesar de ter sofrido diversas modificações e de não servir mais o propósito para a qual foi erigida.

## ESTABELECIMENTOS DE BANHOS QUENTES

Os estabelecimentos de banhos quentes constituíam mais um dos atrativos da estância de veraneio poveira. Os *banhos quentes*, nome pelo qual eram comumente designados, estavam, sobretudo, habilitados para receber forasteiros, que procuravam tratar as suas moléstias. Os banhos de água do mar aquecida terão sido os primeiros a constituir esta modalidade de negócio. Aliás, a prática de banhos quentes na Póvoa remonta ao último quartel de Setecentos, pois, nessa época, alguns monges de Tibães socorreram-se dessa prática. Quando o banho não ocorria no mar era-o feito em casa, uma vez que os religiosos desembolsaram várias maquias, quer para o pagamento de uma «mulher q. conduzia agoa do mar», quer para a compra de «lenha [...] p.<sup>a</sup> se aquestar a agoa do banho»<sup>43</sup>.

Ao longo do século XIX muitos foram os estabelecimentos de banhos quentes fundados na Póvoa. Todos nasceram nas proximidades da orla marítima, sendo esta uma das suas principais idiossincrasias, pois havia a necessidade de se aprovisionarem rápida e facilmente com água do mar. Na sua origem, os estabelecimentos de banhos quentes recorriam ao trabalho braçal para se abastecerem com água. Só mais tarde surgiram novos métodos que permitiram a substituição desta prática. A sua proximidade à praia não se prendia apenas com questões de acessibilidade. Tal facto garantiria também a frequência destes estabelecimentos, uma vez que se encontravam estrategicamente expostos ao seu público-alvo — os banhistas. Muitos desses banhistas vinham até à Póvoa para curar, tratar ou atenuar certas enfermidades diagnosticadas pelos médicos, que prescreviam o tipo de banho mais adequado para cada maleita<sup>44</sup>.

Um dos primeiros estabelecimentos de banhos quentes a funcionar na Póvoa terá sido o de Joaquim Martins do Rio. Esta casa encontrava-se aberta em 1838 e ocupava um dos edifícios da Rua da Junqueira<sup>45</sup>, que à época se estendia pela Rua do Paredão, onde se localizaria o estabelecimento<sup>46</sup>.

Ao consultarmos a imprensa periódica poveira deparámo-nos com diversas notícias, que referiam a inauguração de vários estabelecimentos de banhos quentes, entre as décadas de 1870 e 1880<sup>47</sup>. Contudo desconhecem-se os seus nomes, bem como quem eram os seus proprietários. Se algumas casas desapareceram precocemente, outras houve que se notabilizaram, contribuindo para o sucesso da Póvoa enquanto estância balnear.

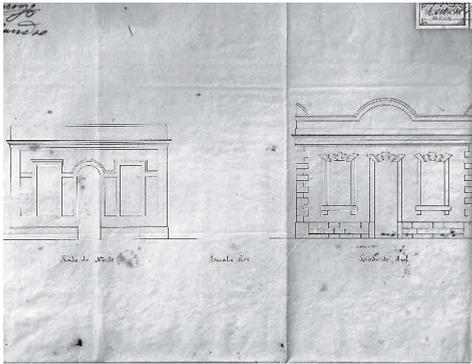
<sup>43</sup> SMITH, 1965: 242.

<sup>44</sup> *Casa Ocena*. «O Liberal», ano XX, n.º 983 (12 jul. 1914), p. 4.

<sup>45</sup> AMORIM, 1991: 297.

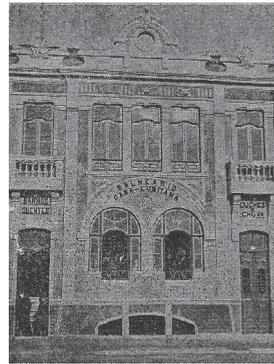
<sup>46</sup> AMORIM, 2004: 136.

<sup>47</sup> *Banhos Quentes*. «Gazeta da Povoia de Varzim», ano III, n.º 230 (15 set. 1872), p. 3; *Felicitio, e congratulo-me*. «Estrella Povoense», ano X, n.º 528 (15 ago. 1886), p. 1.



**Fig. 28. Projeto de um estabelecimento de banhos quentes. Desenhos dos alçados da Rua do Paredão (à esquerda) e da Rua do Cais Novo (à direita)**

Fonte: AMPV – *Autos de Vistoria*, 1886



**Fig. 29. Reprodução fotográfica do Balneário Lusitana**

Fonte: «Revista Ala Arriba», janeiro de 1928

Conservam-se no Arquivo Municipal seis projetos de obras particulares que se referem a alguns dos mais famosos estabelecimentos de banhos quentes da Póvoa. Certos documentos para além de indicarem a função balnear das construções, também mostram como se organizavam interiormente esses espaços.

A *Casa Lusitana* era um dos estabelecimentos mais afamados da Póvoa de Varzim. Embora desconheçamos a sua origem, sabemos que em dezembro de 1886 o seu proprietário, António da Costa Marques, remeteu um requerimento à Câmara Municipal, no qual solicitava a edificação de uma casa situada entre as Ruas do Paredão e do Cais Novo (atual Rua do Tenente Valadim), destinando-se o espaço a «um estabelecimento de banhos quentes»<sup>48</sup>.

Lamentavelmente, as peças desenhadas<sup>49</sup> anexadas ao requerimento apenas exibem os alçados da construção (Fig. 28). O novo edifício possuía somente um piso, pressupondo-se que fosse uno entre os dois arruamentos<sup>50</sup>. O alçado voltado para a Rua do Cais Novo era rasgado por um vão central e dois laterais de iluminação, sendo as suas molduras constituídas por vários cilhares com a mesma forma, mas com diferentes dimensões. Os cunhais apresentavam guarnições semelhantes, havendo uma clara concordância entre os diversos adornos daquela fachada. Esta era rematada por uma dinâmica platibanda, plasticamente acentuada tanto na parte central, como nos ângulos. O desenho do alçado da Rua do Paredão era relativamente mais simples, sendo também rasgado por três vãos — o central de formato semicircular e os dois la-

<sup>48</sup> AMPV – *Autos de Vistoria*, CMPV/4051.

<sup>49</sup> O projeto não foi assinado pelo seu autor.

<sup>50</sup> Segundo a *Planta da Póvoa de Varzim de 1901*, o lote que julgamos corresponder a este estabelecimento, situado entre as Ruas do Paredão e do Cais Novo, era ocupado por uma construção una.

terais de verga reta. As molduras dos três vãos relacionavam-se entre si, conferindo à fachada uma acentuada plasticidade, quer pela diferenciação dos volumes, quer pela multiplicidade das formas. Tal como a fachada oposta, também esta era sobrepujada por uma platibanda, mas de desenho mais simples.

Cerca de três décadas passadas, mais precisamente em 1917, o proprietário da *Casa Lusitana*, José da Costa Marques, dirigiu um requerimento à Câmara da Póvoa, onde solicitava a construção de um «estabelecimento de banhos quentes e duches, com um andar [...] destinado á sua habitação». O novo balneário foi edificado no Passeio Alegre (Fig. 29), confrontando a parte posterior da propriedade com a Rua da Alegria, ambas artérias privilegiadas do bairro balnear<sup>51</sup>.

Ao contrário do projeto anterior, este demonstrou-se mais completo, compreendendo vários cortes, plantas e alçados<sup>52</sup>. Centrando-nos nas plantas do projeto, verificamos a existência de dois vestíbulos no piso térreo, o da direita relativo à residência e o da esquerda ao balneário. A estes compartimentos seguia-se uma sala de espera de onde irrompiam dois corredores laterais que permitiam o acesso às restantes dependências. A área existente entre ambos era ocupada por seis pares de cabines, totalizando doze compartimentos onde ocorriam os banhos de imersão<sup>53</sup>. À zona das cabines seguia-se uma outra, mas destinada ao duche. Esta era composta por dez cabines, onde os utilizadores se preparavam para o banho, funcionando ainda como barreira visual da área reservada ao duche. No limite da construção encontravam-se o escritório e a casa das caldeiras, possuindo cada compartimento um vão de iluminação (Fig. 30). No que diz respeito à planta do segundo piso, no qual residia o proprietário do balneário, a sua configuração era bastante curiosa, dado que este volume seria significativamente menos extenso do que o do pavimento inferior. Esta solução permitiu a incorporação de claraboias na cobertura do piso térreo, possibilitando quer a entrada de luz direta, quer a ventilação dos espaços internos, tornando as instalações do balneário mais higiénicas e salubres (Fig. 31).

A *Casa Oceânia* também gozava de grande fama na Póvoa. A existência deste estabelecimento remonta ao ano de 1890, uma vez que, nessa data, encontrava-se «recentemente construído». Esta casa pertencia a Manuel Gonçalves de Castro Lopes tendo sido edificada num longo lote entre a Rua do Ramalhão (atual Rua de Latino Coelho) e a Rua dos Banhos (atual Avenida dos Banhos)<sup>54</sup>. À época, o alçado voltado para a Rua dos Banhos confrontava com o areal da praia, conforme nos sugere uma reprodução fotográfica coeva, que perpetuou a primitiva construção (Fig. 32).

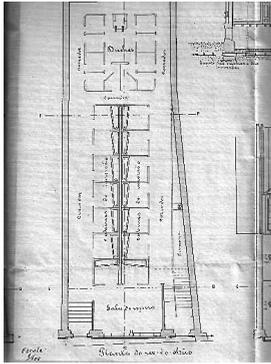
---

<sup>51</sup> AMPV – *Projetos de Obras Particulares*, CMPV-POP/74(09).

<sup>52</sup> O projeto foi assinado pelo construtor civil B. Pinheiro.

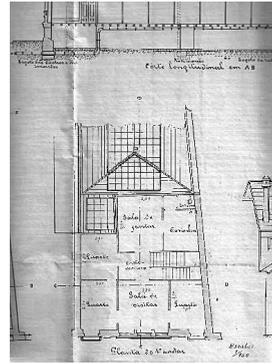
<sup>53</sup> Através dos cortes do projeto foi possível apurar a existência de vidraças nas partes superiores das cabines, o que possibilitava a entrada de luz natural proveniente das vastas claraboias da cobertura.

<sup>54</sup> *Povoa de Varzim: Banhos Quentes*. «Estrella Povoense», ano XIV, n.º 22 (20 jul. 1890), p. 4.



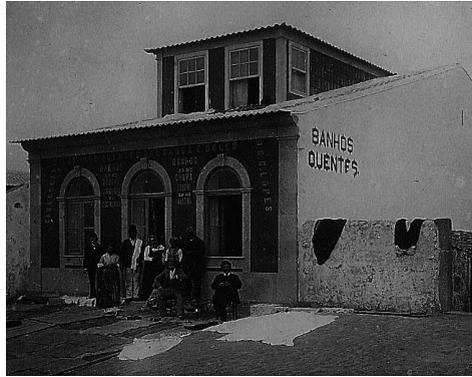
**Fig. 30. Projeto do Balneário Lusitana. Planta do piso térreo**

Fonte: AMPV – *Projetos de Obras Particulares*, 1918



**Fig. 31. Projeto do Balneário Lusitana. Planta do segundo piso**

Fonte: AMPV – *Projetos de Obras Particulares*, 1918



**Fig. 32. Reprodução fotográfica da Casa Oceânia (anterior a 1896)**

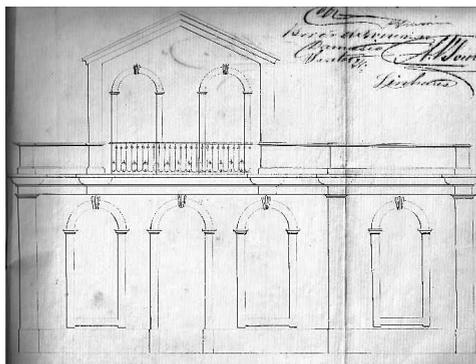
Fonte: MEHPV, coleção particular

Este estabelecimento, comparativamente à *Casa Lusitana*, retiraria maiores vantagens pela sua localização, pois situava-se «no ponto mais central do extenso bairro dos banhistas e tão próximo da praia de banhos». Os seus variados serviços também atraíam grande número de clientes, garantindo-lhes «banhos quentes, salgados, doces, de chuva e de assento», cuja a água vinha do oceano através «d'uma excelente bomba hydraulica»<sup>55</sup>.

Em 1896, Manuel Gonçalves de Castro Lopes endereçou um requerimento à autarquia poveira para ampliar o seu estabelecimento<sup>56</sup>. De acordo com a fotografia

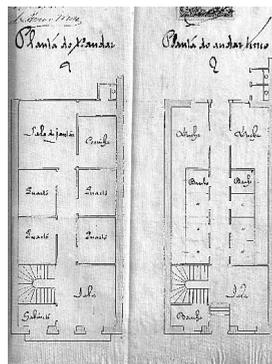
<sup>55</sup> *Povoa de Varzim: Banhos Quentes*. «Estrela Povoense», ano XIV, n.º 22 (20 jul. 1890), p. 4.

<sup>56</sup> AMPV – *Projetos de Obras Particulares*, CMPV-POP/2(38).



**Fig. 33. Projeto da Casa Oceânia. Desenho do alçado da Rua dos Banhos (atual Av. dos Banhos)**

Fonte : AMPV – *Projetos de Obras Particulares*, 1896



**Fig. 34. Projeto da Casa Oceânia. Plantas dos pisos superior (à esquerda) e térreo (à direita)**

Fonte : AMPV – *Projetos de Obras Particulares*, 1904

anteriormente citada, sabemos que a *Casa Oceânia* se encontrava estabelecida numa pequena edificação térrea, cuja fachada era constituída por um vão de entrada ladeado por dois de iluminação, sendo a cobertura rasgada por uma trapeira. O novo projeto<sup>57</sup> previa o levantamento de mais um piso, substituindo a trapeira por um volume mais expressivo, bem como a construção de um anexo ao lado da primitiva casa. O responsável pelo projeto procurou, de certo modo, preservar a coerência arquitetónica do imóvel, desenhando os novos vãos em consonância com os pré-existentes (Fig. 33).

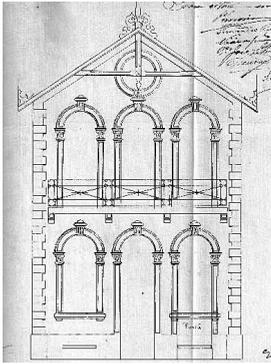
Na década seguinte, mais precisamente em 1904, Manuel Gonçalves de Castro Lopes procedeu à reconstrução do seu estabelecimento situado na Rua do Ramalhão, remetendo, portanto, um projeto à Câmara Municipal da Póvoa<sup>58</sup>.

De acordo com as peças desenhadas<sup>59</sup> verificámos tratar-se de uma construção de dois pavimentos, reservando-se a área do térreo para o estabelecimento de banhos quentes e a área do piso superior para a residência de Manuel Gonçalves de Castro Lopes. Centrando-nos apenas no pavimento inferior, este integrava uma sala de espera, ao lado da qual se encontrava uma grande cabine de banho. Mais adiante, abria-se um longo corredor central, que permitia o acesso a oito cabines de banho e a dois compartimentos de duche (Fig. 34). Ao nível do alçado principal, cujo desenho mereceu um cuidado especial por parte do projetista, a construção apresentava três vãos no registo inferior, aos quais correspondiam outros três no registo superior, sendo estes abrangidos por uma sacada suportada por quatro mísulas. Conforme referimos,

<sup>57</sup> O projeto foi assinado pelo arquiteto Gonçalo Artur Cruz.

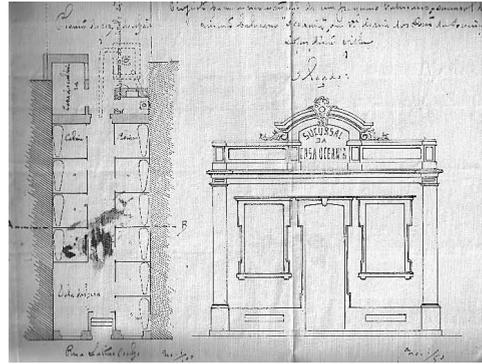
<sup>58</sup> AMPV – *Projetos de Obras Particulares*, CMPV-POP/2(92).

<sup>59</sup> O projeto foi assinado pelo arquiteto Gonçalo Artur Cruz.



**Fig. 35. Projeto da Casa Oceânia. Desenho do alçado da Rua de Latino Coelho**

Fonte: AMPV – *Projetos de Obras Particulares*, 1904



**Fig. 36. Projeto da sucursal da Casa Oceânia. Planta e alçado da Rua de Latino Coelho**

Fonte: AMPV – *Projetos de Obras Particulares*, 1913

o projeto apresenta alguns pormenores interessantes, que conferem à construção uma aparência singular. Entre eles destacamos as molduras dos vãos, cujas ombreiras eram coroadas por pequenos capitéis, onde pousavam padieiras de formato semicircular, encerrando cada arco uma pedra de fecho esculpida. Também os cunhais foram destacados pelo projetista, sendo compostos por sucessivos cilhares de formato irregular. O telhado assumiu igualmente uma configuração original, pendendo ligeiramente sobre a via pública.

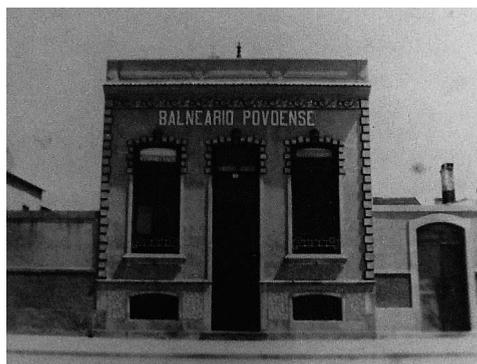
Em 1913, Maria das Dores da Conceição Lopes, a viúva de Castro Lopes, empreendeu a ampliação do seu negócio, solicitando à Câmara da Póvoa a edificação de uma pequena casa, para lá estabelecer uma sucursal do seu estabelecimento. O novo balneário, tal como a sua matriz, situava-se na Rua de Latino Coelho (outrora Rua do Ramalhão).

De acordo com o projeto<sup>60</sup> a nova construção organizava-se em torno de um longo corredor central, encontrando-se do lado esquerdo uma sala de espera e quatro cabines de banho e do lado direito outras seis cabines. Relativamente ao desenho do alçado principal, este era rasgado por três vãos, sendo o central de acesso ao interior e os dois laterais de iluminação. A pequena casa era ainda rematada por uma elaborada platibanda<sup>61</sup>, que, de certa forma, dava ânimo à singela construção (Figs. 35 e 36).

No início do século XX a Póvoa viu nascer um novo estabelecimento de banhos quentes — o *Balneário Povoense* (Fig. 37). Segundo uma notícia publicada, em julho de 1914, Francisco Manuel Pinheiro acabava de «dotar esta praia com um novo e mag-

<sup>60</sup> O projeto foi assinado pelo arquiteto Gonçalo Artur Cruz.

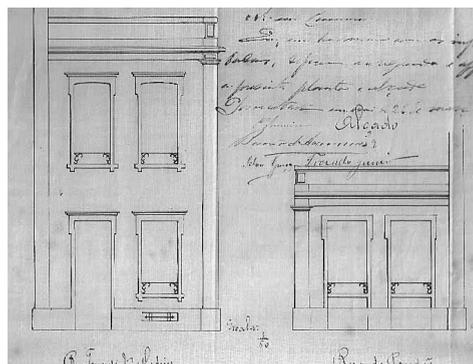
<sup>61</sup> A parte central da platibanda foi projetada para receber o nome do estabelecimento, funcionando como um painel publicitário, no qual estaria escrito: «SUCURSAL DA CASA OCEANIA».



**Fig. 37. Reprodução fotográfica do Balneário**

*Povoense* [s. d.]

Fonte: MEHPV



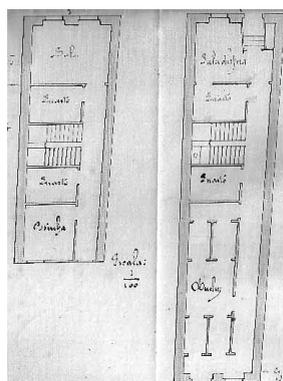
**Fig. 38. Projeto para um estabelecimento de banhos**

*quentes. Desenho dos alçados da Rua do Tenente*

*Valadim (à esquerda)*

*e da Rua do Paredão (à direita)*

Fonte: AMPV – *Projetos de Obras Particulares*, 1904



**Fig. 39. Projeto para um estabelecimento de banhos**

*quentes. Plantas do piso superior (à esquerda) e do*

*piso térreo (à direita)*

Fonte: AMPV – *Projetos de Obras Particulares*, 1904

nífico balneário», localizado na Rua dos Banhos (atual Avenida dos Banhos). Conforme refere o periódico *Estrella Povoense*, o proprietário do balneário havia «passado a sua vida [...] n'aquella industria de banhos»<sup>62</sup>. Conforme veremos, este estabelecimento não seria o primeiro pertencente àquele individuo.

Cerca de dez anos antes, Francisco Manuel Pinheiro endereçou um requerimento à Câmara da Póvoa para reconstruir a sua habitação. Por si só o documento nada nos

<sup>62</sup> *Novo balneario*. «Estrella Povoense», ano XXXIV, 2.ª série, n.º 2089 (26 jul. 1914), p. 2.

revela acerca do estabelecimento de banhos quentes. Contudo, o projeto<sup>63</sup> foi fundamental para a sua identificação. De acordo com as peças desenhadas, o novo edifício inseria-se num lote estreito, confrontante com as Ruas do Tenente Valadim e do Paredão. Todavia, os dois alçados divergiam quanto ao número de pavimentos, pois o da Rua do Tenente Valadim era constituído por dois pisos e o da Rua do Paredão somente por um (Fig. 38). Ainda assim, o desenho dos alçados nada esclarece sobre a funcionalidade do espaço, mas a planta do piso térreo revela-nos um interior curioso — uma sala de espera, dois quartos e uma área de duches entre quatro cabines (Fig. 39). Já no piso superior encontravam-se compartimentos comuns de uma habitação — uma sala, uma cozinha e dois quartos —, onde provavelmente vivia o proprietário<sup>64</sup>.

Conforme referimos, em 1914, Francisco Manuel Pinheiro estabeleceu-se numa nova edificação da Rua dos Banhos. Porém, nada sabemos acerca da origem desta construção, pois ignoramos a existência do seu projeto, ficando, deste modo, incompleta a história deste estabelecimento.

As informações mais relevantes sobre o *Balneário Povoense* foram retiradas de alguns periódicos poveiros, nomeadamente do *Estrella Povoense*, que refere o seu horário de funcionamento — das 5:00 às 16:00 horas —, bem como algumas características do seu interior — possuía «onze banheiras de azulejo e uma de ferro esmaltado». Os serviços disponibilizados pelo *Povoense* variavam entre «banhos quentes — salgados e doces, banhos de imersão e duches», vindo a água salgada diretamente do mar, com recurso a um motor «de fabrico inglês» com potência de três cavalos. Também a «tribuna de banhos de duche» era de origem estrangeira, sendo «montada pela conhecida empresa inglesa J. Minchim J.<sup>or</sup>»<sup>65</sup>. De acordo com todas estas informações, podemos concluir que o *Povoense* foi construído com recurso a modernos mecanismos, configurando-se como um estabelecimento modelo da praia da Póvoa.

## CONCLUSÃO

A Póvoa de Varzim soube desde o século XVIII retirar os melhores frutos que o mar lhe poderia oferecer. Não podendo expandir-se fisicamente para jusante, para o mar, a Póvoa procurou adaptar-se e aprendeu a crescer com o mar. Foi deste modo que a pequena vila balnear explorou o seu principal filão, atraindo banhistas das mais diversas proveniências. Para o sucesso da estância de veraneio também muito contribuiu o seu fulgurante comércio, salientando-se sobretudo os estabelecimentos, que tinham como principal cliente o forasteiro.

<sup>63</sup> O projeto foi assinado pelo arquiteto Gonçalo Artur Cruz.

<sup>64</sup> AMPV – *Projetos de Obras Particulares*, CMPV-POP/2(94).

<sup>65</sup> *Novo balneario*. «Estrella Povoense», ano XXXIV, 2.ª série, n.º 2089 (26 jul. 1914), p. 2.

## FONTES

### Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim (AMPV)

AMPV – *Autos de Vistoria*, cx. 4051, CMPV/4051.

AMPV – *Projetos de Obras Particulares*, cx. 2.

AMPV – *Projetos de Obras Particulares*, cx. 24.

AMPV – *Projetos de Obras Particulares*, cx. 46.

AMPV – *Projetos de Obras Particulares*, cx. 74.

*BANHOS Quentes*. «Gazeta da Póvoa de Varzim», ano III, n.º 230 (15 set. 1872), p. 3.

*CASA Ocenea*. «O Liberal», ano XX, n.º 983 (12 jul. 1914), p. 4.

*CASTRO Bicho*. «Ala Arriba: revista mensal de propaganda da praia de banhos da Póvoa de Varzim», ano I, n.º 1 (dez. 1927), p. 1.

«Estrella Povoense», ano XIX, n.º 22 (20 jul. 1890).

*FELICITO, e congratulo-me*. «Estrella Povoense», ano X, n.º 528 (15 ago. 1886), p. 1.

GRAÇA, António dos Santos (1917) – *Grand Hotel: a sua inauguração*. «O Comercio da Póvoa de Varzim: Seminario do Partido Republicano Português», ano XIV, n.º 27 (15 jul. 1917), p. 2.

*LISBOA: 26 d'Outubro*. «Segundo Supplemento á Gazeta de Lisboa», n.º XLIII (26 out. 1793).

*NOVO balneario*. «Estrella Povoense», ano XXXIV, 2.ª série, n.º 2089 (26 jul. 1914), p. 2.

*NOVO teatro*. «A Comarca», ano I, n.º 25 (2 jul. 1876), p. 2.

*O MILAGRE*. «O Grillo: Jornal Satyrico e Noticioso», ano I, n.º 27 (24 out. 1875), p. 3.

*POVOA de Varzim: Banhos Quentes*. «Estrella Povoense», ano XIV, n.º 22 (20 jul. 1890), p. 4.

*SALÃO-THEATRO*. «O Commercio da Póvoa de Varzim: Seminario do Partido Republicano Português», ano VII, n.º 36 (4 ago. 1910), p.3.

*THEATRO*. «A Independencia», ano IX, n.º 443 (17 ago. 1890), p. 1.

*THEATROS*. «A Comarca», ano I, n.º 35 (17 set. 1876), p. 2.

## BIBLIOGRAFIA

AMORIM, Francisco Gomes de (1881) – *Garrett – Memorias Biographicas*. Lisboa: Imprensa Nacional, tomo I.

AMORIM, Manuel (1991) – *Camilo e Sena Freitas*. «Póvoa de Varzim Boletim Cultural», vol. XXVIII, n.º 2. Póvoa de Varzim: Câmara Municipal da Póvoa de Varzim.

AMORIM, Sandra Araújo de (2004) – *Vencer o mar, ganhar a terra – construção e ordenamento dos espaços na Póvoa pesqueira e pré-balnear*. Póvoa de Varzim: Câmara Municipal da Póvoa de Varzim.

- ARANHA, Pedro W. de Brito (1883) – *Memorias Historico-Estatisticas de algumas Villas e Povoações de Portugal*. Lisboa: Livraria de A. M. Pereira.
- BARBOSA, Jorge (1970) – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Póvoa de Varzim: Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, vol. I.
- \_\_\_\_ (1980) – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Póvoa de Varzim: Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, vol. VI.
- BARBOSA, Viriato Ferreira (1972) – *A Póvoa de Varzim (Ensaio da História desta Vila)*. Póvoa de Varzim: [s. n.].
- CASTRO, D. João de (1906) – *Jornadas no Minho: Impressões, aventuras e travessuras de dois excursionistas meridionaes*. Lisboa: Ferreira & Oliveira, Lda.
- FERREIRA, Ana Maria A. P. (2014) – *Os hotéis de Lisboa no contexto das políticas e das culturas urbanas do século XIX*. «Revista Turismo e Desenvolvimento», n.º 21/22. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- GAMA, J. (1886) – *Guia Portatil do Viajante em Portugal e Itinerarios das Viagens Circulatorias em Hespanha e França*. 2ª ed. Porto: Typographia Occidental.
- LANDOLT, Cândido Augusto (1912) – *Almanaque da Póvoa para 1912: Historico, descriptivo, illustrado, litterario e annunciador*. Póvoa de Varzim: A Propaganda.
- [LEITÃO, Joaquim] [1907] – *Póvoa de Varzim: Separata do Guia das Praias, Thermas, Estancias e Sanatorios de Portugal*. Porto: Francisco Coimbra & C.<sup>a</sup>.
- MATOS, Rui Manuel C. de Campos (2016) – *A Arquitetura do Turismo Terapêutico – Madeira e Canárias, 1800-1914*. Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. Tese de doutoramento.
- MONTEIRO, Ofélia Paiva (1997) – *Garrett (Almeida)*. In BERNARDES, José Augusto Cardoso, dir. – *Biblos: Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*. Lisboa: Verbo, vol. 2.
- ORTIGÃO, José D. Ramalho (1876) – *As Praias de Portugal: Guia do Banhista e do Viajante*. Porto: Livraria Universal.
- SMITH, Robert C. (1965) – *Os Banhos de Mar na Póvoa de Varzim no Século XVIII*. «Póvoa de Varzim Boletim Cultural», vol. IV, n.º 1. Póvoa de Varzim: Câmara Municipal da Póvoa de Varzim.
- TORRES, Carlos Manitto (16 de março de 1958) – *A evolução das linhas portuguesas e o seu significado ferroviário*. «Gazeta dos Caminhos de Ferro», ano LXXI, n.º 1686. Lisboa: [s. n.].
- VAQUINHAS, Irene (2010) – *Apontamentos para a História do Teatro-Circo Saraiva de Carvalho da Figueira da Foz (1884-1895)*. «Arquipélago – História», 2.ª série, vols. XIV-XV (2010-2011). Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
- VIEIRA, José Augusto (1887) – *O Minho Pittoresco*. Lisboa: Livraria de A. M. Pereira, vol. II.